

CIBEC/INEP



B0025273

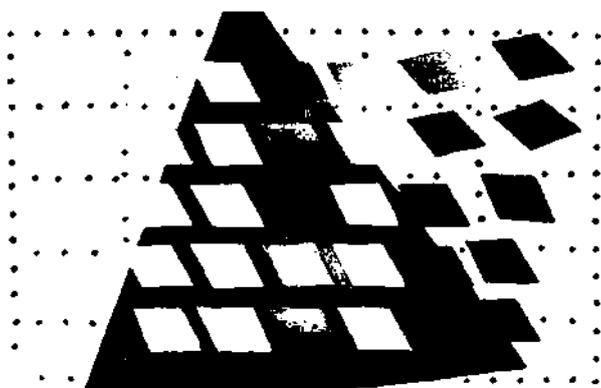
ANOS DE EDUCAÇÃO BÁSICA

SÉRIE

Atualidades Pedagógicas

8

**ESTRATÉGIAS DE MOBILIZAÇÃO
"EDUCAÇÃO PARA TODOS/TODOS PELA
EDUCAÇÃO"**



f
37.014
E82c

MEC UNICEF UNESCO

**ESTRATÉGIAS DE MOBILIZAÇÃO
"EDUCAÇÃO PARA TODOS/TODOS PELA
EDUCAÇÃO"**

**MEC
UNICEF
UNESCO**

PRESIDENTE DA REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Itamar Franco

MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO
Murflio de Avellar Hingüel

SECRETARIO EXECUTIVO
Antônio José Barbosa

SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL
Maria Aglaê de Medeiros Machado

DIRETOR DO DEPART^o. DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS
Célio da Cunha

ORGANIZAÇÃO E EDITORAÇÃO

Equipe Técnica da Coordenação de Organização e
Desenvolvimento de Ensino - SEF

- Nabíha Gebrin de Souza - Coordenadora
- Solange M^o de Fátima Gomes Paiva Castro
 - Anna Maria Lamberti
 - Heliane Nascimento
 - Luiza Costa de Souza
 - Maria Maura Matos
- Marta Maria V. Gonçalves

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA

Agop Kayayan - Representante do UNICEF no Brasil
Mário Ferrari - Representante Adjunto do UNICEF no Brasil
Garen Lumpki - Oficial de Educação do UNICEF
Mazda JulitaNogueira, CECIP-Consultora
Elma Faria de Oliveira - Produtora Gráfica

ILUSTRAÇÕES

Claudius, Centro de Imagem Popular - CECIP (Imagens
extraídas das Cartilhas "Todos pela Educação e Municípios, um desafio para
dirigentes" e "Um desafio para Cidadãos", UNICEF - CECIP - MEC, 1993)

© 1994, Ministério da Educação e do Desporto

ILUSTRAÇÃO CAPA:

Riva Bernstein

IMPRESSÃO:

Gráficos Charbel

REVISÃO:

Heliane Morais Nascimento

Euclides Migliari

FICHA CATALOGRÁFICA

S612e

Simpósio Estratégias de Mobilização (1994 : Brasília)
Educação para Todos/Todos pela Educação. -
Brasília: MEC/UNICEF, 1994. p. 38

1. Política da Educação. 2. Direito à Educação. 3. Plano Decenal de Educação. I. Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. II. Título.

CDU : 37.014

Esta publicação foi realizada dentro do acordo MEC/UNESCO.

SUMARIO

APRESENTAÇÃO

INTRODUÇÃO

A Implementação do Plano Decenal e a Participação da Sociedade 8
Antônio José Barbosa

O Processo de Mobilização pela Educação para Todos: Origens e Desdobramentos 9
Agop Kayayan

PALESTRAS

Sem Todos pela Educação, não há Educação para Todos 12
Rosa Maria Torres

O Plano Decenal e a Mobilização da Sociedade 18
Maria Aglaê de Medeiros Machado

E se o Brasil vigiasse a Educação como vigiou a Seleção? 21
Cláudio de Moura Castro

Como Mobilizar pela Educação? 28
José Bernardo Toro Arango

COMENTÁRIOS SOBRE OS PAINÉIS 38



APRESENTAÇÃO

A extensão territorial do País, seus diversos cenários culturais e econômicos, aliados à complexidade intrínseca inerente às mudanças sociais, requer, para o êxito da política de educação para todos consubstanciada no **Plano Decenal de Educação Para Todos - 1993 - 2003**, a adoção de estratégias de divulgação e discussão permanentes de idéias e ideais pedagógicos considerados indispensáveis à qualificação do processo de mobilização.

Soma-se a isso o fato de que o **déficit** historicamente acumulado pelo País, em termos de educação básica, necessita uma consistente comunhão de vontades de todos que podem e devem ajudar, condição insubstituível para que os obstáculos existentes venham a ser superados, dentro de espaço de tempo considerado compatível com as exigências de atualização e modernização reivindicadas pela sociedade brasileira.

O amadurecimento alcançado pela sociedade civil do País, sobretudo a partir da década de 1980, tornou-a parceira de primeira linha no processo de reorganização da luta de estruturação de um sistema de educação básica de qualidade.

Experiências anteriores de mobilização do setor educacional, como também em outros setores, mostraram a extraordinária força da comunidade. A própria experiência recente do **Plano Decenal de Educação Para Todos** conseguindo, em pouco mais de um ano, que a maior parte dos Estados e Municípios elaborassem os seus planos de ação para os próximos 10 anos, configura-se como admirável exemplo da potencialidade de cidadania do País.

No momento atual, torna-se necessário, face aos enormes desafios existentes, a instauração permanente da participação social em educação, que não deverá ser mais sazonal ou episódica. Ao contrário, a presença da comunidade em todas as instâncias da administração educacional sobressai como componente fundamental e decisivo para o sucesso do **Plano Decenal de Educação para Todos**.

Neste contexto é que o Seminário sobre Estratégias de Mobilização Social em Educação foi concebido e estruturado, como simpósio temático da etapa que antecedeu à Conferência Nacional. Dele tomaram parte especialistas nacionais e internacionais, aportando contribuições de ponta que o Ministério da Educação e do Desporto e o UNICEF publicam e colocam à disposição dos Municípios, dos Estados, das Escolas e das organizações da sociedade civil que trabalham com educação básica.

Ao se divulgar essas contribuições, o objetivo é o de oferecer subsídios novos ao aprimoramento das estratégias de mobilização social em curso com vistas a tornar essa participação contínua e duradoura.

Murílio Avellar Hingel Ministro da
Educação e do Desporto

INTRODUÇÃO

A IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DECENAL E A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE

Antônio José Barbosa Secretário
Executivo do MEC

O Simpósio "Estratégias de Mobilização Educação para Todos/Todos pela Educação" possui grande importância institucional, pois insere-se no conjunto de atividades da Conferência Nacional de Educação para Todos, buscando definir estratégias para mobilizar a sociedade brasileira em torno do que deve ser o mais consensual dos planos: o Plano Decenal de Educação para Todos.

Nem sempre projetos que se propaga serem "frutos de ampla participação popular" resultaram de um debate vertical, envolvendo todas as camadas da sociedade. O projeto da LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional -, por exemplo, contou com uma participação apenas "horizontal".

Na implementação do Plano Decenal, um novo patamar de participação deve ser alcançado. Há um clima favorável para isso.

Já existe, mesmo entre os setores mais marginalizados, consciência ainda que intuitiva da importância da educação básica. Os mais pobres procuram e até sacralizam a escola, onde se esforçam por manter seus filhos, apesar dos sucessivos fracassos.

A sociedade brasileira hoje "deseja" ser mobilizada para a questão da educação. Quer que lhe sejam apontados caminhos.

É preciso, portanto, oferecer aos homens e mulheres do povo objetivos claros, precisos, inteligíveis, que possam ser apropriados por todos.

Nesta caminhada, o papel do MEC não é fazer, mas **estimular** outros a **fazerem**. É, também, **não** atrapalhar o que os outros estão fazendo. Ele existe, basicamente, para **fomentar**, coordenar e articular ações.

É assim que deve atuar em relação ao Plano Decenal, um processo que se constrói e se reconstrói permanentemente, tendo como referência a sociedade brasileira e, em última instância, a realidade da sala de aula.

Em diversos pontos do País, algo de novo está acontecendo. Prefeitos de cidades pequenas, muitos deles sem acesso a níveis mais elevados de escolarização, já perceberam que a prioridade não é construir fontes luminosas mas investir na manutenção das escolas, em material didático, na formação de professores. O governo não pode breçar essa revolução silenciosa.

O Plano Decenal de Educação para Todos tem garantia de continuidade. Ele não é proposta de um governo, de uma administração. Transcende esse âmbito graças ao consenso que está conquistando entre os mais diferentes setores.

Que este Simpósio inspire propostas de ação inovadoras, rumo ao envolvimento cada vez maior da sociedade na conquista de uma Educação para Todos - é o que sinceramente esperamos.

*O PROCESSO DE MOBILIZAÇÃO PELA EDUCAÇÃO PARA TODOS
ORIGENS E DESDOBRAMENTOS*

**Agop Kayayan Representante do
UNICEF no Brasil**

Este Simpósio insere-se no processo de mobilização pela Educação para Todos em andamento no Brasil, que tem suas origens na **Iniciativa Educação para Todos**.

Tudo começou com a Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizada em março de 1990, em Jomtien, Tailândia. Depois veio a Conferência de Cúpula sobre a Criança, realizada em Nova Iorque, em setembro do mesmo ano, onde 71 Chefes de Governo e Chefes de Estado assumiram um compromisso de desenvolver ações em favor da população infanto-juvenil, no marco da Convenção Internacional dos Direitos da Criança, aprovada em 20 de novembro de 1989.

Do primeiro evento, resultaram a Declaração Mundial sobre Educação para Todos e o Plano de Ação para Satisfazer às Necessidades Básicas de Aprendizagem. Já o segundo teve como produto o Plano Mundial de Ação para Satisfazer às Necessidades Básicas das Crianças.

No Brasil, o Ministério da Educação promoveu, a partir de 1993, um amplo processo nacional para a preparação do Plano Decenal de Educação para Todos, inclusive em nível municipal. Mais de três mil municípios prepararam seus Planos, envolvendo diversos setores da sociedade. Um debate sobre o Plano em 45.000 escolas de todo o País está se concluindo.

O processo, que vem se mostrando muito dinâmico, foi inspirado pelo princípio da cooperação entre os três níveis de Governo (federal, estadual e municipal), com participação de diversos setores, além do educacional, e por uma estratégia de ação simultânea sobre a demanda e a oferta.

A partir deste quadro de referência, o UNICEF vem trabalhando para colocar a educação básica numa posição de centralidade no contexto de sua cooperação com o Brasil, numa etapa da evolução histórica do País marcada, ao mesmo tempo, por tantos riscos e tantas oportunidades.

Através de ações baseadas em relações com lideranças públicas, privadas, religiosas, comunitárias, empresariais e sindicais com trajetória reconhecida e expressiva na luta e no trabalho pelo ensino fundamental no Brasil, a primeira etapa foi um esforço de natureza técnica que contou com a estreita e competente colaboração de nossos interlocutores e parceiros nacionais.

Esse trabalho consistiu, primeiramente, na identificação e no registro de um expressivo conjunto de experiências municipais bem-sucedidas em ensino fundamental.

O passo seguinte foi analisá-las profundamente e extrair, desse rico material, um conjunto de idéias e práticas capaz de ser utilizado como subsídio na criação de novos programas e na melhoria das ações existentes.

As experiências registradas pelo UNICEF espelham a saúde e não a doença do ensino brasileiro. Precisamos fazer com que esses focos saudáveis se transformem em surtos que, posteriormente, se transformarão em epidemias de saúde na educação brasileira. É uma reflexão marcada, sobretudo, por uma firme convicção de fé no futuro do País.

A idéia é mostrar que a educação brasileira pode dar certo, apesar do muito que precisa ser mudado. Não há pretensão de apresentar respostas prontas e acabadas para os diversos e constantes problemas que surgem na pluralidade das características do País.

A terceira etapa, que atravessamos atualmente, consiste na utilização de tudo o que foi produzido como combustível de um processo amplo e profundo de mobilização social pelo ensino fundamental, visando a envolver os mais diversos segmentos da vida brasileira no crescimento e qualificação da demanda social.

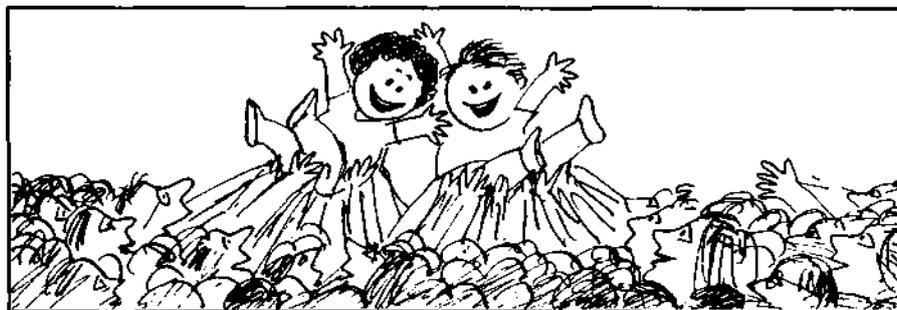
O debate sobre Educação tem que extrapolar os limites vigentes, já que a Educação não é apenas um "serviço a ser prestado", mas sim um direito, conforme determina o Estatuto da Criança e do Adolescente, ecoando a Constituição Federal.

A responsabilidade por garantir esse direito deve ser um compromisso de toda a sociedade brasileira. Só a mobilização de todos os segmentos da sociedade é que poderá garantir a universalização da educação pública de boa qualidade.

Este Simpósio vem reforçar o processo de mobilização iniciado em 1993, na busca de uma discussão sobre seu conteúdo e sua estratégia.

A idéia é promover uma estratégia conjunta, visando a dar maior força às ações futuras. Queremos, neste momento, demonstrar nosso compromisso em apoiar ações conjuntas em prol da educação básica, que envolvam os mais diversos setores da sociedade brasileira.

E nossa convicção que, na medida em que todos nos mobilizarmos, a tristeza do quadro do ensino fundamental poderá ser transformada numa linda aventura de construção de uma escola de boa qualidade para todos, capaz de assegurar o ingresso, o regresso, a permanência e o sucesso de todas as crianças na escola, porque o Brasil é capaz. **O Brasil pode. É só querer.**





Educação para Todos: Compromissos em Nível Mundial e Participação do Brasil.

"SEM TODOS PELA EDUCAÇÃO NÃO HÁ EDUCAÇÃO PARA TODOS"

Rosa Maria Torres **Conselheira** em Educação
Sênior do Unicef

Na Declaração Mundial sobre Educação para Todos, a educação é considerada como responsabilidade de toda a sociedade: Estado, ministérios, professores, alunos, famílias, empresas, universidades, instituições, Organizações Não-Governamentais (ONGs).

Não é possível conseguir "Educação para Todos" sem "Todos pela Educação", ou seja, sem participação da sociedade. Mobilizá-la é, portanto, condição indispensável para transformar a Educação.

Para o Unicef, mobilização social é um movimento em grande escala, um processo planejado, fruto de um acordo, auto-sustentável, em busca de objetivos específicos, envolvendo uma grande quantidade de atores, aos quais se confere poder de **empreender** ações para alcançar esses objetivos.

O divórcio educação x sociedade precisa ser superado.

A Educação vem de um longo período em que esteve fechada sobre si mesma. Consolidou-se uma Educação "ensimesmada", encerrada nas salas de aula, privilégio dos especialistas, únicos autorizados a falar sobre ela, planejá-la e avaliar suas ações.

As conseqüências deste fechamento foram, de um lado, um sistema educativo que se despreocupou de seus processos e resultados e, de outro, pais de família e sociedade que se acostumaram a não cobrar esses resultados.

Hoje, enfrentamos o desafio complexo de abrir o sistema educacional à participação da sociedade e procuramos juntar o que nunca deveria ter sido separado. Criamos mecanismos de informação e participação e procuramos descobrir respostas que levem à mudança da cultura escolar, tanto dos que fazem a Educação, quanto dos que devem cobrar os resultados da ação educativa.

No mundo inteiro percebem-se algumas linhas fundamentais ou tendências, em termos de mobilização social em prol da Educação.

- . Enfatizam-se os processos de **reforma** educativa (mudança educacional, melhoria da qualidade).
- . Reaviva-se o tema da participação comunitária (Associação de Pais, de Alunos, conselhos).

- . Destaca-se a necessidade de **criar consensos nacionais ativos** sobre educação, envolvendo todas as forças sociais do País (consultas, congressos).
- . Luta-se contra o tratamento diferenciado e discriminatório que a escola oferece às **meninas**.
- . Reativa-se o papel dos **meios de comunicação** como aliados dos agentes educativos e não como inimigos a serem combatidos.
- . Emergem **novos atores** - a questão educativa extrapola ministérios e secretarias, passando a envolver empresas privadas, grupos religiosos, famílias. Mas o papel central continua sendo dos professores.
- . Surgem atividades de **Educação não-formal**, complementando atividades de educação formal, e dirigindo-se não apenas a jovens e adultos, mas também a crianças.

Alguns exemplos de mobilização em educação.

Na **República Dominicana**, o Plano Decenal inicia-se com uma consulta a toda a população.

No México foi firmado, em 1992, um acordo que envolveu todos os atores nacionais vinculados ao tema educativo. Esse acordo, denominado Programa de Modernização Educativa, está mobilizando todas as ações no campo da Educação Básica no País, que também redefiniu o conceito mesmo de Educação Básica.

A **Bolívia** vem desenvolvendo um interessante processo de reforma educativa. Através do polêmico Congresso Pedagógico, tenta-se uma aproximação ao magistério, que começou a dar bons frutos.

O **Equador** é outro País envolvido em uma série de iniciativas importantes de mobilização social. Uma Campanha de Alfabetização tornou-se motor de um movimento de reforma educativa no País. Surgiu um Programa Nacional chamado "O Equador Estuda", e, dentro desse marco, organizou-se, em 1992, a Consulta Nacional "Educação do século **XXI**".

No **Brasil** estão se fazendo coisas sumamente interessantes, não somente para o País e para a região, mas para o mundo inteiro.

Na **Índia** criou-se um Programa de Educação para Todos em um dos estados mais populosos do País, com 300 milhões de habitantes. Nesse Estado, o atendimento educacional é dirigido a crianças, jovens e adultos, e a população não é segmentada por idade. Atende-se a áreas, a comunidades inteiras. Ou seja, crianças, adultos e jovens são educados no contexto da família e da comunidade. A família e a comunidade em seu conjunto é que se educam, e, **dentro delas**, as crianças, jovens, adultos. Em outro Estado da Índia está ocorrendo um esforço muito importante e inspirador para o mundo, visando a estimular a participação dos professores no processo de mudança educativa.

Em **Bangladesh** temos uma replanificação completa do sistema educativo, eliminando as barreiras entre educação formal e não formal, que distorcem as políticas educativas.

Por último, gostaria de mencionar a **África do Sul**, onde a esperança despertada pelo novo governo de Mandela, trouxe consigo novidades importantes para o campo da Educação. Este País, onde 50% da população é considerada analfabeta, decidiu priorizar a Educação Básica de Adultos, não através das clássicas campanhas de alfabetização, pontuais e de curta duração, mas de um processo amplo, prolongado e maduro de educação.

Problemas e desafios em nível mundial.

No mundo inteiro, a participação popular na mobilização social em torno da Educação Básica coloca problemas graves que configuram os seguintes desafios:

1 - Dar centralidade aos professores no processo de construção de um novo consenso.

Sem professores não há possibilidade de mudança educativa, nem sequer da educação. Entretanto, constatamos que, em geral, os professores continuam sendo vistos como problemas, como obstáculos, e não como aliados indispensáveis na luta por um objetivo comum. Revendo os informes de 33 países da América Latina sobre o que vêm fazendo a partir da Conferência de Jomtien, pude observar que, em muitos casos, o magistério chega a ser tratado como "inimigo principal", sem que se apresentem saídas para este conflito, que tende a se acirrar.

2 - Entender a participação comunitária em seus aspectos substantivos.

Começa a ser outra vez enfatizada a idéia de que a participação popular se resume em utilizar a mão-de-obra barata na construção de escolas e cobrar cotas adicionais de sacrifício aos pais de família e à comunidade. A real participação, de que nos fala a Conferência de Jomtien, e da qual a Educação necessita para poder avançar, é a que menos se tem em conta.

Por outro lado, é necessário diferenciar a comunidade em geral, dos pais de alunos, quando se trata de mobilizá-los. Os pais de família constituem uma força específica mais diretamente interessada na melhoria da escola, nos resultados da escola.

3 - Acompanhar a criação de mecanismos de participação, como conselhos, associações de Pais e Mestres, de medidas concretas (legais, informativas, de educação e capacitação) que possibilitem efetivamente essa participação.

Vemos com preocupação que, se, por um lado, surgem ou se reconstruem mecanismos de participação, por outro lado, não se propiciam as condições para que tais mecanismos sejam eficientes e prosperem.

Em muitos países, a própria legislação é contrária à participação popular na escola. Na Indonésia, por exemplo, acaba de se fazer uma revisão global da lei, no que se refere a esse aspecto.

4 - Divulgar amplamente as experiências de participação e mobilização da sociedade.

Estar atuando em uma instância global como o UNICEF, em New York, ao mesmo tempo em que nos permite tomar contato com toda a riqueza de experiências de mobilização que ocorrem no mundo, faz com que percebamos, com tristeza, que essas experiências não estão sendo recolhidas, não estão sendo reconhecidas pela comunidade mundial. Vemos como, a cada vez, parte-se do zero, reinventa-se a roda. Isto é muito claro, não só em nível mundial, como no interior de cada país.

5 - Convergir as ações de Especialistas em Comunicação e Especialistas em Educação.

Todo esse impulso de mobilização social, em torno da educação, está gerando um novo problema, o da hiper-especialização, que separa os que fazem educação dos que atuam na área da comunicação. Não é possível que uns façam educação e outros façam a mobilização por educação. Uma confluência entre esses dois profissionais é imprescindível para que a mobilização seja efetiva.

6 - Desenhar políticas dirigidas à mobilização e participação da juventude.

É preciso convocar os jovens, não só como beneficiários do sistema educacional, não só em sua condição de alunos, mas na qualidade de mobilizadores sociais. Experiências importantes, realizadas no mundo inteiro, e, em particular, na América Latina, mostram que a juventude é capaz de desempenhar tarefas socialmente relevantes em muitos de nossos países - seja no campo da alfabetização, seja no da agricultura, da saúde, da produção. A juventude é uma força que está aí e que está sendo subutilizada nessa gigantesca mobilização pela Educação.

7 - Considerar os alunos sujeitos legítimos na participação social por Educação.

Os alunos são atores no sistema educacional, tão legítimos como os pais e os professores. Entretanto, quando chega o momento de lhes passar informações, de lhes dar acesso à tomada de decisões, eles não contam. Ou são considerados jovens demais ou ajuizados de menos. O fato é que os alunos não pesam nas decisões que continuam sendo tomadas por eles.

Novas Perspectivas e Novo Dinamismo para Fortalecer o Processo da Mobilização Social.

A mobilização social que está ocorrendo representa um processo inédito e rico, que devemos fortalecer, oferecendo-lhe novas perspectivas e novo dinamismo. Para tanto, é necessário:

Recorrer a uma política sistemática de comunicação e não a slogans.

O "slogan" não pode substituir as informações efetivas, que as pessoas necessitam para se mobilizarem. Mobilização movida apenas a "slogans" é cega e não se auto-sustenta.

Atingir à base.

Os processos de mobilização tendem a ficar na cúpula e têm dificuldades em estender-se até à base. Iniciativas sumamente interessantes de mobilização social ficam restritas a um grupo dirigente e não permeiam os espaços que deveriam abranger; não chegam à escola, onde estão os atores concretos que fazem a escola.

Ir além dos meios de comunicação de massa.

Quando se menciona o tema da comunicação, a primeira coisa que as pessoas lembram é a TV, o rádio, o jornal. Descuidam-se e, muitas vezes, desprezam as formas interpessoais da comunicação, as mais antigas e também as mais eficientes, quando se trata de **convencer** e não só de informar o interlocutor.

Enfocar o processo e não o evento.

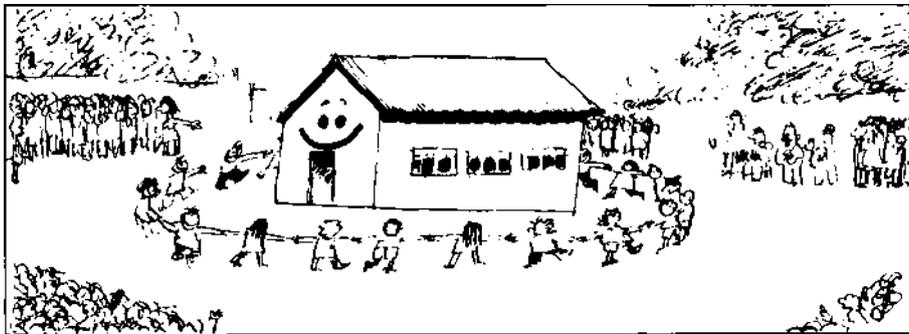
A mobilização social não pode ficar presa ao evento - seminários, oficinas, congressos, simpósios. Um conjunto de eventos não equivale a um processo contínuo e permanente de mobilização.

Sistematizar e registrar.

Os processos de mobilização, que não são registrados, não podem ser divulgados, nem servir de exemplo (positivo ou negativo). É preciso registrá-los enquanto processos e não enquanto resultados. O processo encerra ensinamentos mais que o resultado "de por si".

Avaliar.

É preciso maior rigor na avaliação do impacto dos processos de mobilização sobre a população. Não se trata de uma avaliação final, que se faz para cumprir pré-requisitos formais, mas de uma avaliação que, durante a caminhada, permite corrigir o curso ou reafirmá-lo, captando a dinâmica da mudança social, da mudança educativa.





O Plano Decenal de Educação para Todos: Compromissos em Nível Mundial e Participação do Brasil

O PLANO DECENAL E A MOBILIZAÇÃO DA SOCIEDADE

**Maria Aglaê de Medeiros Machado Secretária
de Educação Fundamental do MEC**

Em 1990, durante a Conferência Mundial sobre Educação para Todos, em Jomtien, na Tailândia, o Brasil assumiu o compromisso de satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem de todas as suas crianças, jovens e adultos. Isto o levou, junto com os demais países signatários da Declaração Mundial sobre Educação para Todos, a engajar-se na elaboração do Plano Decenal de Educação para Todos.

Para tanto, foi adotada uma estratégia onde o principal objetivo era modificar as práticas tradicionais e investir num processo mais participativo. Foram adotadas formas cooperativas e co-responsáveis na construção da proposta, com a expectativa de criar um grande engajamento nacional em torno da educação básica. Neste sentido, procurou-se romper com a tradição autoritária e centralizadora dominante no País, onde as experiências em mobilização social são descontínuas e incipientes.

Em momento favorável, tanto do ponto de vista do MEC, sob a liderança e determinação do Ministro Murílio de Avellar Hingel, quanto do ponto de vista da disposição social existente no País, a metodologia de elaboração do Plano privilegiou o processo de mobilização e comprometimento do Governo e da sociedade civil, levando em conta o princípio federativo.

A primeira proposta nasceu em 1993, a partir da criação de um Grupo Executivo do qual participavam, entre outros órgãos, representantes do MEC, do Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED), da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), e de um Comitê de Apoio Consultivo, composto por representantes de entidades do governo e da sociedade civil.

A elaboração do Plano teve início com a realização da Semana Nacional de Educação para Todos, que reuniu representantes do governo, além de políticos, sociólogos, empresários, educadores e diversos segmentos da sociedade, que, num livre confronto de idéias e posições, chegaram a alguns consensos básicos e assinaram publicamente um Compromisso Nacional de Educação para Todos, documento balizador do Plano Decenal e que expressa e traduz uma agenda mínima para a educação básica nacional.

Após a realização da Semana, o Grupo Executivo ultimou a elaboração do Plano, numa primeira versão, caracterizada, ainda, como proposta de governo, a qual deveria ser amplamente debatida por todo o País, não só para ser aperfeiçoada mas, também, para servir de subsídio à elaboração dos planos decenais dos estados e municípios.

De julho a novembro de 1993, o Plano foi debatido amplamente nos estados e municípios. O debate estadual foi coordenado por uma Comissão Tripartite, dirigida pelo Secretário de Educação e integrada pelo Presidente Estadual da UNDIME e pelo Delegado do MEC no Estado, além de entidades representativas da sociedade. Paralelamente, o MEC enviou o Plano a inúmeros segmentos sociais, realizando, posteriormente, uma reunião específica com as entidades não-governamentais - ONGs, oportunidade em que foram apresentadas e debatidas críticas e sugestões oriundas dos segmentos representativos dos pais de alunos, das entidades patronais, dos acadêmicos, das associações de classe entre outras.

A participação dos municípios ampliou-se, com grande intensidade, a partir do segundo semestre de 1993, com a realização de seminários para os municípios de porte médio, que deviam desempenhar um papel de multiplicadores. Da ampliação em nível municipal, resultou a elaboração de 3.600 planos decenais municipais de Educação.

Além disso, procurou-se aproveitar eventos tradicionais para incluir o Plano Decenal na agenda de debates. Esta estratégia tornou-se possível em vários casos, destacando-se, entre eles, a Reunião Anual da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação - CNTE, a Reunião dos Diretores das Faculdades de Educação, o Seminário sobre Educação de Adultos, a Reunião das Assessorias de Comunicação do MEC e algumas reuniões em universidades.

Como resultado do engajamento desses setores surgiu a segunda versão do Plano Decenal, não como obra de iluminados, mas como registro de um movimento presente na sociedade.

Esta proposta foi apresentada pelo Ministro Murílio de Avellar Hingel na Conferência Internacional de Educação, realizada em dezembro último, em Nova Delhi, Índia.

Estamos vivendo a terceira etapa do Plano, que será culminada com a realização da Conferência Nacional de Educação para Todos. Este movimento foi iniciado em maio de 1994, quando o Ministro fez um pronunciamento, em rede nacional, lançando o debate nacional a ser realizado a partir das escolas. Os resultados desses debates serão consolidados pelos municípios, núcleos regionais, em nível estadual, quando, serão elaborados, pelos Estados, relatórios por Região, para serem trazidos à Conferência. Alguns estados realizarão conferências estaduais. Simultaneamente, foram organizados 19 simpósios e seminários temáticos, cujos relatórios serão levados à Conferência Nacional. Na organização desta, constam painéis em que todos participarão e painéis simultâneos. Os primeiros tratarão dos relatórios regionais, do projeto do compromisso nacional, do painel dos candidatos à Presidência da República e dos painéis internacionais: países convidados e agências promotoras. Estes painéis serão transmitidos em rede nacional.

Os painéis simultâneos são temáticos, abordando não só os pontos prioritários definidos para 1994 (magistério, regime de colaboração, currículo e financiamento),

mas também a Educação Infantil, a Atenção Integral à Criança e ao Adolescente, a Educação Especial e todas as demais temáticas, objeto dos simpósios. Paralelamente à Conferência, teremos uma grande feira da educação básica, com "stands" dos estados, municípios, universidades, organismos internacionais, entre outros.

A Conferência deverá dar lugar aos desdobramentos da implementação e continuidade do Plano, com o estabelecimento de compromissos e de um calendário de cumprimento da sua efetivação. Tal como o Comitê Consultivo institucionalizado em nível nacional, há grande expectativa da institucionalização das comissões estaduais. Nesse processo de continuidade, atribui-se importância estratégica ao papel dos municípios isentos de mudanças no próximo ano.

O que é importante salientar é a disposição de todos e a ampliação da consciência social sobre a importância da educação e, principalmente, de uma educação básica de qualidade.

Neste sentido, o Plano configura-se, não só como um compromisso internacional, mas, principalmente, como o referencial para a construção coletiva do projeto nacional da escola pública, que, nos seus aspectos essenciais, aponta para: a construção de uma escola de qualidade para todos, a cultura do sucesso escolar, a valorização do magistério com absoluta prioridade, o estabelecimento de conteúdos mínimos do currículo para o País, o desenvolvimento de propostas compartilhadas de gestão, a permanência do aluno na escola, a correção das desigualdades, o estímulo às inovações, a institucionalização dos planos estaduais e municipais de Educação e o restabelecimento da competência dos administradores no Brasil.

É algo inacabado, em construção. Um pretexto para concretizar a escola de qualidade para todos.

Esse processo de planejamento de ações educacionais, para o período 1993/2003, tem como referência a sociedade brasileira, em última instância a sala de aula, que é o lugar onde a aprendizagem deve acontecer.

Sua efetivação dependerá do esforço compartilhado entre as esferas de governo (União, estados e municípios), os agentes educativos (as escolas, os professores, dirigentes escolares), as famílias e a sociedade civil.

O balanço desse processo é positivo, mas as dificuldades a serem vencidas são múltiplas e demandarão a permanente mobilização social e a determinação dos poderes públicos no encaminhamento de soluções para questões críticas. O grau de heterogeneidade e desigualdade na oferta educativa e o nível de improdutividade do sistema exigem medidas e mudança profundas.

O Plano indica o horizonte, o caminho para manter e ampliar a mobilização de todos os setores da sociedade em torno do mais consensual dos objetivos: garantir a todas as crianças, jovens e adultos o direito a uma escola pública de qualidade.

Educação Brasileira: Demanda por Qualidade
Participação da Sociedade Civil

"É SE O BRASIL VIGIASSE A EDUCAÇÃO COMO VIGIOU A SELEÇÃO?"

Cláudio de Moura Castro
Economista do Banco Mundial

1 - O desastre do ensino básico e como isto está arrastando o Brasil para o buraco.

O milagre brasileiro e o azar do Brasil foi haver se dado tão bem com tão pouca educação.

A economia da monocultura exigia pouca educação de todos. A economia da grande indústria tradicional permite operar com poucos educados e uma peãozada mal amestrada. Mas esse ciclo está se fechando. A indústria moderna e a pequena empresa produtiva exigem a difusão de uma educação de qualidade.

Pode ser coincidência, mas todos os países que estão se dando bem fizeram um grande esforço para aperfeiçoar a educação, em todos os níveis, e, em particular, resolveram o desafio de oferecer uma educação básica de qualidade a, praticamente, todos os seus cidadãos.

Nisso o Brasil fracassou redondamente.

Teve êxito em pôr todo mundo na escola mas, no processo, arruinou uma escola primária que não deixava de ter seus méritos.

Hoje, estamos completamente atolados em uma escola tão ruim quanto a de Moçambique, que é um dos países mais pobres do mundo e está enfiado em uma guerra civil há mais de dez anos. Em Educação, o Brasil só ganha do Haiti.

2 - Não faltam teorias explicando porque o ensino é ruim.

Nos meus dez anos de professor no mestrado de educação pude conviver com as teorias que demonstram por a+b porque a educação vai mal.

O péssimo desempenho do sistema educacional é explicado em termos de métodos de aprendizagem; privação cultural; cultura do rico e do pobre; imperialismo cultural; teoria da dependência; teoria da reprodução social; conspiração dos detentores do poder.

E tome pesquisa para saber porque o sistema não funciona, tome dinheiro para tentar soluções revolucionárias, tome esforço de diagnóstico. E nada. Tome mais dinheiro para achar a solução milagrosa. Tudo em vão.

3 - Países muito mais pobres que o Brasil nunca ouviram falar nestas teorias e mostram bom desempenho.

Os atuais países industrializados resolveram seus problemas de educação básica quando eram mais pobres do que o Brasil de hoje. As colônias da Nova Inglaterra, no início do século XVIII, viviam no limite da subsistência, porém eram mais alfabetizadas do que o Brasil de hoje.

Costa Rica, um país de banana e café, conseguiu resultados brilhantes sem a riqueza do Brasil e sem conhecer as teorias mostrando porque a escola não dá certo. Quando visitei Costa Rica, já haviam universalizado a educação básica.

Sri Lanka é pobre, só produz chá, no entanto conseguiu tudo o que o Brasil não consegue na escola básica.

O Kirgistão só tinha bode e carneiro, mas realizou o sonho que o Brasil talvez não alcance nem nos próximos dez anos.

Chile e Argentina resolveram seus problemas no princípio do século. A escola da Argentina é tão boa que até hoje não conseguiram destruir.

A China tem uma das menores rendas per capita do mundo e um dos melhores desempenhos escolares em matemática.

A Coréia, que, há poucas décadas, estava pior que o Brasil, hoje está completando o ciclo de universalização de um segundo grau de excelente qualidade.

Durante a Conferência Mundial de Educação para Todos, peguei uma moto e fui visitar as escolas rurais da Tailândia. Eram pobres, mas limpas, repletas de material pedagógico, com professores e alunos trabalhando com afinco.

Todos os países que citei, resolveram o problema da escola básica com métodos totalmente tradicionais, sem qualquer inovação pedagógica. Não precisou computador, nem sistemas de informação gerencial, nem mestrados em educação. Usaram o feijão com arroz pedagógico: a pedagogia do quadro negro, da cartilha e do desvelo.

Não estou argumentando contra os avanços pedagógicos. O Brasil não tem o direito de desperdiçar qualquer arma nesta luta. Quero apenas deixar claro que esses avanços pedagógicos não são elementos críticos que propulsionam o processo. Não representam o divisor de águas entre o sucesso e o fracasso. O divisor de águas é o desvelo. Educação conserta-se assim: cuidando. Fazendo bem o que se sabe fazer.

4 - O Brasil fez bem tudo o que levou a sério.

Onde o Brasil se empenhou, deu certo.

Temos um parque industrial completo e bastante produtivo. Nossa indústria bélica e aeronáutica é extremamente sofisticada. Através da engenharia genética, descobrimos novas espécies de soja. Terras do cerrado, que eram economicamente inviáveis, foram recuperadas pelos técnicos da Embrapa.

No futebol, ganhamos o tetra com disciplina e organização. Foi uma vitória de país desenvolvido.

O Brasil tem um sistema de formação profissional de primeiro mundo. Tem uma pós-graduação de primeira grandeza. Está entre os 25 maiores produtores de pesquisa do mundo e é o segundo país do terceiro mundo em produção científica.

As empresas resistiram à inflação e ao desgoverno com toda tranqüilidade e conseguiram aumentar a sua produtividade. Demonstrem extraordinária capacidade ao enfrentar a concorrência externa.

Como um país que faz tudo isso, que consegue fazer bem coisas tão difíceis, pode ter uma educação tão ruim?

5 - Se a Educação básica é tão ruim, não será porque nunca foi levada a sério?

Parece que a razão é simples e nada tem a ver com as teorias pedagógicas. O Brasil é um país razoavelmente democrático, onde políticos e administradores estão mais ou menos dispostos a ouvir os eleitores e os reclamadores. Mesmo nos períodos de governo militar, sempre existiu alguma administração atenta às reivindicações dos que têm peso específico no poder.

A opinião pública tem peso. O sistema não é insensível à demanda e responde com uma escala de prioridades que não está longe das prioridades de quem faz barulho e vota conscientemente.

No Brasil, há demanda por vagas, por construções. Escola nova rende festa de inauguração e contratação de professores. A sociedade acha que todos têm que passar pela escola. Mas é uma passagem ritualística, onde não importa muito o que acontece nas salas de aula.

Do ponto de vista social, a educação está em equilíbrio. Só há crise na nossa cabeça.

Enquanto o povo não assumir o papel de reclamador ativo e resolver que não vai aceitar essa escola que está aí, tudo ficará na mesma.

Quantos pais vão à escola reclamar que a professora não passa dever para casa? Quantos pais procuram a Secretaria de Educação ou os políticos para reclamar da qualidade da escola? Quantos pais já fizeram campanha protestando contra greve dos professores?

Fizeram uma ação popular contra o não pagamento da alfândega pelos jogadores de futebol. Mas não houve ação popular contra o MEC, que não cumpre a prescrição constitucional de gastar 50% com a educação básica.

A melhor cozinha do mundo é a francesa. Por quê? Porquê não há povo que reclame mais de sua culinária que os franceses. Reclamar faz milagres.

O Secretário de Educação e/ou o Prefeito podem ter necessidade política de indicar a diretora recomendada por um deputado. Mas, se os pais reclamarem e

fizerem um acampamento no seu gabinete, eles terão que levar em conta essa outra necessidade política: a de não provocar a indignação da comunidade. O jogo volta a ficar 1 a 1.

O Ministério da Educação tem sido prêmio de consolação para perdedores na arena política ou para partidos de segunda grandeza. Alguns ministros chegaram aí por merecimento, mas essa não é a norma.

Enquanto se escolhem os ministros da Educação pelo critério do loteamento do poder, os ministros econômicos são escolhidos, bem ou mal, por seus méritos. Quando os da área econômica funcionam mal, recebem bilhete azul da noite para o dia. Os da área educacional são aturados estoicamente. E quando saem, é pela razão errada.

No dia em que os brasileiros descobrirem que o País está bloqueado pela fragilidade de sua Educação e resolverem que isto é inaceitável, a mudança virá, célere.

O lado positivo de tudo isso é que a educação no Brasil é tão ruim, que é fácil melhorar. Mas, essa melhoria não virá com soluções mágicas ou com revoluções pedagógicas, é sim, através da mudança do cotidiano. Em educação, a prioridade é o cotidiano da escola, através do qual ela cumpre seu papel básico de transmitir/construir conhecimentos. Só que a tentação de fugir do assunto é grande. E em vez de cuidar do que é mais urgente, a escola vai ensinar a fazer horta ou a cantar no coral. Nada disso é errado, mas se essas atividades viram um pretexto para os administradores fugirem do grande tema, que é investir no cotidiano, estão atrapalhando. É como cuidar da unha encravada de um paciente infartado.

6 - O marketing social da educação.

Para resolver o problema da educação no Brasil não é preciso inventar soluções mirabolantes, nem gastar resmas de papel com planos inovadores.

Basta convencer os brasileiros de que não podem aceitar uma educação tão ruim e que devem lutar, com todas as armas, para que a situação mude.

Neste país tão dinâmico para o que considera importante, no dia em que educação for importante, o resto vem sozinho. No dia em que os pais fiscalizarem a escola como fiscalizaram a seleção brasileira, o resto virá por acréscimo.

O desafio é vender esta idéia aos nossos patrícios.

Mas, se um xarope para tosse vira coca-cola, se um canudinho branco que dá câncer é consumido por milhões de pessoas, por que não será possível fazer o marketing de uma coisa boa como é a educação?

7- Quais são os parceiros?

a) Os pais e os alunos

São os mais diretamente interessados, porém os menos preparados para avaliar a qualidade da escola.

A primeira prioridade é equipar os pais e alunos com informações para que saibam realmente como a escola está funcionando.

É bom lembrar que a capacidade de exigir uma educação melhor é diretamente proporcional ao número de anos de escolaridade dos pais. A privatização do ensino básico tira da escola pública o ativismo da classe média, uma das armas mais poderosas para reivindicar um bom ensino público.

b) Os empresários

Os empresários sofrem, na carne, os efeitos da baixa produtividade da nossa mão-de-obra. Estão entre os maiores e os mais diretos perdedores.

Contudo, têm sido de uma passividade extrema, apesar de seu ativismo na área econômica. Quando aumenta a alíquota do ICM, a sala de espera do Ministro da Fazenda fica cheia de empresários. Nunca vi sala de Ministro ficar cheia de empresários reclamando da baixa qualidade da educação, que, afinal, é muito mais prejudicial.

Mas, é preciso registrar as boas iniciativas: a Campanha financiada pela Odebrecht "Só escola corrige o Brasil", as atividades da Fundação Herbert Levy, da FIESP, em colaboração com a Fundação Roberto Marinho, da Fundação Bradesco.

Mas tudo isso ainda é pouco. É preciso fazer mais.'

c) Os sindicatos

Os sindicatos têm um grande potencial de ação, que ainda não foi totalmente utilizado.

Há muita esperança de que o amadurecimento do movimento sindical chegue à educação. Os patrões terão dificuldade em negar reivindicações de treinamento e educação que beneficiem a ambos os lados.

d) Os intelectuais

Este é o grande desapontamento. Uma classe, cujo ticket de entrada custa pelo menos quinze anos de escola, durante uma década, fez campanha contra a educação possível e sonhou com uma educação impossível.

Ao esposar teorias, mostrando que a escola discrimina os pobres e é incapaz de ajudá-los, os intelectuais foram um fator negativo para o desenvolvimento da educação.

e) A imprensa

Como diz Guiomar de Mello, um ensino péssimo durante um século não rende notícia de jornal, mas dez alunos com piolho, na rede municipal de São Paulo, dão manchete.

A imprensa é infiel à educação. Uma imprensa que faz e derruba presidentes, parece alheia, paralisada, diante do que acontece na educação, e ausente de qualquer ação sistemática. Obviamente, a imprensa reflete as prioridades dos leitores e telespectadores. Quando estes mudarem, ela mudará também.

f) Os governantes e os políticos

Os governantes e os políticos, em uma democracia, também refletem as prioridades dos que contam, na hora de votar e de fazer barulho. Mas os estadistas são aqueles que percebem agendas adormecidas, anestesiadas ou emergentes e apostam nelas. Criam fatos consumados, fazem o sistema dar saltos que não são totalmente reversíveis (Kubistchek, Churchill, De Gaulle).

Há uma regra simples para governantes administradores avaliarem suas decisões ou procedimentos. Basta perguntar: isto melhora a sala de aula?

g) As Organizações Não-Governamentais - ONGs

As ONGs entram onde o governo não dá conta. É uma presença positiva e que, por isso, muitas vezes incomoda o monopólio da ação do Estado. Sobretudo, quando este vira monopólio da inação do estado.

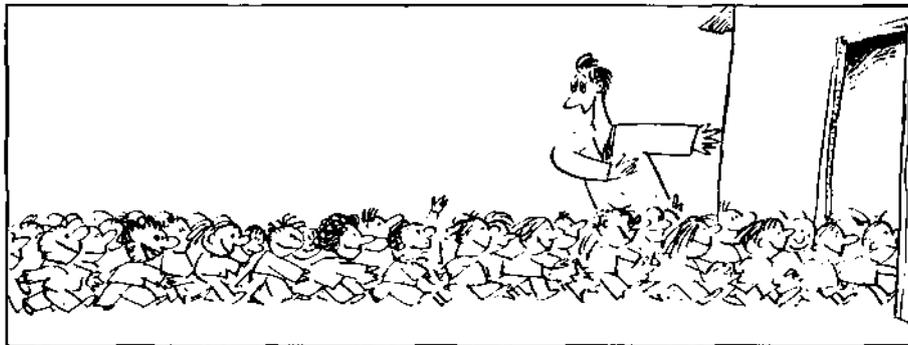
Mas as ONGs, por sua própria natureza, são heterogêneas. Vale tudo. Algumas são apenas o cartão de visita do dono. Outras são ingênuas, bem intencionadas ou amadorísticas. E outras são preciosas.

É contraproducente tratá-las como um bando homogêneo sobre o qual se possa dizer coisas bem definidas. Merecem medalha ou cadeia? É preciso separar o joio do trigo.

h) Um novo despertar

Há indícios de mudanças no ar. O presente seminário e um sem número de pequenos experimentos sugerem que há uma plantinha germinando. Uma seqüência de dois ministros da Educação sérios, honestos e bem intencionados, já é um bom começo. Mas o que interessa é o bom começo de uma mudança de base, mais do que gestos heróicos de algum Ministro.

Vamos ver o que vem por aí.





Estratégias de Mobilização - Visão Global

COMO MOBILIZAR PELA EDUCAÇÃO?

José Bernardo Toro Arango
Fundação Social, Colômbia

É possível mobilizar as pessoas para defender a educação, quando esta tem significado. O significado do ato educativo provém de objetivos e finalidades que estão fora dele. A qualidade e o tipo de pertinência da educação só podem ser definidos em termos do projeto de Nação que ela ajuda a construir.

Uma sociedade se converte em Nação quando decide responder propositivamente, através de ações (inclusive ações educativas), aos desafios que a história lhe apresenta. As sociedades latino-americanas enfrentam hoje dois grandes desafios:

- construir uma ordem de convivência democrática;
- converter-se em países produtivos com equidade interna, isto é, países competitivos e vencedores, mas sem pobreza interna.

A educação pode ajudar a construir um projeto de Nação democrática e produtiva. Como?

Existem atores sociais, cuja ação é imprescindível para que as novas gerações possam participar, ativamente, na construção de uma ordem de convivência democrática e na conversão do país em uma sociedade produtiva, competitiva e equitativa. Dentre eles, destacam-se os educadores. Eles são os profissionais melhor distribuídos pelo país: estão na zona urbana e zona rural, nos pequenos municípios e zonas isoladas. A educação representa a maior presença do Estado, em nível nacional.

Todo educador tem um público próprio e cativo (os alunos), frente ao qual pode propor, modificar ou negar mensagens. Esta capacidade lhe permite criar formas de pensar, de sentir e de atuar, ou seja, lhe permite criar cultura. E uma capacidade cultural que todo educador possui, seja ele competente ou não.

O educador é um profissional que se define por sua capacidade de resolver um dos problemas mais importantes da sociedade: garantir às crianças e aos jovens aprender o que têm que aprender, em função do projeto de convivência democrática e de produtividade do país.

Isso requer que compreendam e propaguem o horizonte ético da democracia, que se define pelos seguintes princípios:

(i) Toda ordem social é construída.

A ordem social não é natural. A ordem social em que vivemos não foi criada por Deus nem é obra do destino. Foi construída por homens - nossos pais, nossos avós-, continua sendo construída e mantida por todos nós. Portanto:

- é possível mudá-la;
- a mudança é tarefa nossa, não só do Prefeito, do Governador ou do Presidente.

Deste princípio, aparentemente óbvio, surge, um critério para todos os procedimentos de formação dos professores e alunos: evoluir, de uma posição passiva/reativa de fatalismo diante dos problemas, a uma posição ativa, onde os problemas são vistos como oportunidades. A criação de uma nova mentalidade na sociedade civil latino-americana, que se perceba como fonte e criadora da ordem social, supõe compreender que os "males" da sociedade resultam da ordem social, que nós mesmos criamos... e que, por isso, podemos modificá-la. Esta ordem social, que produz milhares de mortes violentas e milhões de pobres, foi criada por nós mesmos, não pelo destino ou "alguém" de fora.

A democracia e a produtividade estão relacionadas a mentalidades ativas - dirigidas para a ação; mentalidade não é natural, deve ser produzida pela educação: é preciso aprender a passar, de uma ordem recebida, a uma ordem produzida (Lechner, 1988).

(ii) A democracia é uma ordem auto-fundada.

A democracia é uma ordem que se caracteriza pelo fato de que suas leis e normas são construídas pelos mesmos que as vão cumprir e proteger.

Nem toda ordem de convivência é democrática. A monarquia é uma ordem de convivência, mas não é democrática: a ordem social é criada e produzida por um monarca de "fora" da sociedade. Na democracia, a ordem social se produz "na" sociedade e "a partir" da sociedade. A convivência democrática começa quando uma sociedade aprende a auto-fundar a ordem social. E isto, para ser aprendido, deve ser ensinado.

(iii) Não existe modelo ideal de democracia que possamos copiar e imitar.

Como a ordem democrática é construída, podemos até aprender com outras sociedades que constróem sua própria ordem democrática, mas jamais copiá-las. A nós compete criar nossa própria democracia, uma democracia "mestiça".

Este princípio de "incerteza" é fundamental para uma sociedade que quer ser produtiva econômica e socialmente, porque se opõe à tradição de "ser como os outros".

Entretanto, ainda que não haja modelo ideal de democracia, um parâmetro básico deve existir: **toda ordem democrática está orientada para proteger e fortalecer os Direitos Humanos** (fundamentais, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais) **e para proteger e desenvolver a vida.**

(iv) A democracia é uma cosmovisão.

A democracia é uma forma de ver o mundo onde se aceita que cada pessoa é fonte da criação de ordem social. Essa é a definição de cidadão: pessoa capaz de criar, com os outros, uma ordem social para ser cumprida e protegida. A democracia não pode ser imposta, deve ser vivida e construída, porque democracia é, antes de tudo, a decisão de uma sociedade que aceita ser possível criar uma unidade de propósito, em meio às diferenças.

A democracia não é um partido político, não é uma matéria, é uma decisão que se fundamenta na aceitação do outro como igual em direitos e em oportunidades; por isso, a democracia supõe a construção da equidade social, econômica, política e cultural (H. Maturana, 1994).

(v) A ordem democrática inclui necessariamente a diversidade e o conflito.

A democracia supõe a convivência e o diálogo entre pessoas com interesses distintos, que precisam, ao mesmo tempo, **saber persuadir e deixar-se persuadir, fazer e receber concessões** na construção de propósitos comuns.

O conflito constitui e integra a convivência democrática. Na democracia não existem inimigos, mas opositores: pessoas que pensam de forma diferente, querem coisas distintas, têm interesses diferenciados, que colidem com os meus, mas com os quais, no entanto, posso chegar a tecer futuros comuns. Para a democracia, a paz não é a ausência de conflitos. A paz é o resultado de uma sociedade que é capaz de aceitar regras para dirimir o conflito, sem eliminar o outro, física, sociológica ou psicologicamente (J.B. Toro, 1993).

Mobilizar: o que é? Como fazer?

Mobilizar é estimular e apoiar um processo que requer dedicação contínua e produz resultados cotidianamente; não se reduz à realização de eventos, nem à convocação das pessoas para manifestações públicas. Mobilizar é convocar vontades, compartilhando interpretações e significados, para decidir e atuar em busca de um objetivo comum. No nosso caso, o propósito é defender uma educação que sirva à construção de um projeto democrático e produtivo.

Às vezes, a mobilização é confundida com manifestações públicas, com a convocação física das pessoas em um mesmo espaço. Se o propósito da mobilização é passageiro (uma manifestação, uma festa), converte-se em um evento. **Se o propósito requer educação contínua, converte-se em um processo que produz resultados cotidianamente, ou seja, em efetiva mobilização.**

A mobilização participada não requer que as pessoas estejam reunidas num mesmo espaço físico ou que se conheçam. O que se requer é conhecer e compartilhar o significado e a interpretação ou seja, ter a certeza coletiva de que "o que faço, também é feito e entendido da mesma maneira por muitos, outros de minha mesma categoria ou trabalho."

O desenho de uma mobilização participativa.

Estruturar uma mobilização participativa implica construir e operar, simultaneamente, quatro pré-requisitos básicos:

(i) Criar um imaginário que exprima o horizonte a ser alcançado.

É preciso formular um horizonte sedutor, um **imaginário** provocante, que sintetize, de forma incisiva e válida, os grandes propósitos que se busca alcançar e as situações por se criar, ao mesmo tempo em que expressa o sentido e a finalidade da mobilização. Alguns exemplos. O imaginário proposto por Moisés, para mobilizar o povo israelita escravizado: "Vamos a uma terra onde jorra leite e mel". O imaginário que mobilizou o povo japonês depois da II Guerra Mundial: "Vamos conquistar, pelo mercado, aqueles que nos derrotaram pelas armas". O imaginário, proposto por J.F. Kennedy para mobilizar os Estados Unidos frente ao seu atraso científico e tecnológico em relação à União Soviética, quando esta colocou em órbita o Sputnik I (1957): "Em 1969, teremos conseguido fazer com que um homem pise a lua". Este imaginário orientou a corrida espacial norte-americana durante 15 anos.

O imaginário enuncia uma forma de futuro por construir, contém elementos de validade formal (históricos e científicos) e, nesse sentido, é uma fonte de hipóteses para a ação e o pensamento. É **um critério para orientar os múltiplos esforços e decisões que se requerem para convertê-lo em realidade**, é um horizonte perceptível. Isto o diferencia de um simples "slogan" ou campanha publicitária, ainda que, em termos de difusão, tais elementos comunicativos sejam necessários.

(ii) Apresentar propostas de ação que possam ser executadas pelos agentes em seu cotidiano.

É essencial oferecer respostas à seguinte pergunta dos participantes da mobilização: "Como posso participar aqui, no meu campo de trabalho, no que faço todos os dias, para realizar o imaginário proposto?" A mudança sistemática e orientada não se constrói através de ações heróicas, mas através do cotidiano. Assim, a mobilização deve oferecer ao participante:

- uma compreensão adequada de seu campo de ação: problemas a resolver, situações a criar e modificar, sentido e finalidade das decisões a tomar e das ações a seguir em seu campo diário de trabalho;
- **indicação das decisões e ações, que estão ao alcance das pessoas dentro de seu campo de atuação e trabalho**, e explicação de como e por quê contribuem ao propósito buscado.

A proposta de compreensões, atuações e decisões supõe que os líderes institucionais da mobilização conheçam, a fundo, o campo de atuação e os papéis dos diferentes profissionais e atores que podem ser envolvidos na mobilização: um professor, um supervisor de ensino, um prefeito, um jornalista, um pai de aluno, um empresário,

um intelectual, um padre, têm distintas possibilidades de ação frente a um grande propósito.

Um exemplo de ação que está ao alcance do professor e que pode ser realizada no seu cotidiano: tratar de forma diferente os conteúdos a serem desenvolvidos em sala de aula, construindo e fazendo com que os alunos construam sete itens básicos de aprendizagem para a convivência social¹:

- Aprender a não agredir aos outros seres humanos (fundamento de todo modelo de convivência social).
- Aprender a comunicar-se (base da auto-afirmação pessoal e grupai).
- Aprender a interatuar (base dos modelos de relação social).
- Aprender a decidir em grupo (base da política e da economia).
- Aprender a cuidar-se (base dos modelos de saúde e segurança pessoal).
- Aprender a cuidar do entorno (fundamento da sobrevivência).
- Aprender a valorizar o saber social (base da evolução social e cultural).

O propósito de construir um imaginário de convivência democrática requer que, dia a dia, os educadores em serviço ensinem e cultivem estas aprendizagens em seus campos de atuação: na rotina escolar e na rotina de sala de aula.

(iii) Coletivizar a ação.

Tornar a ação coletiva, possibilitando aos envolvidos conhecer e compartilhar, coletivamente, significados e interpretações, implica em dar a cada participante a certeza de que aquilo que faz, está sendo feito também pelos outros participantes de sua mesma categoria de trabalho, pelas mesmas razões.

(iv) Propor alguns padrões de avaliação.

É preciso identificar critérios e indicadores para que as pessoas possam saber se as mudanças estão ocorrendo na direção desejada.

A ausência de qualquer um desses quatro pré-requisitos tem conseqüências diferentes: oferecer só o imaginário é demagógico; atuações e decisões isoladas, sem um imaginário que as norteie, conduzem a ativismos passageiros ou a movimentos erráticos; se não existem indicadores produz-se o desinteresse.

A mobilização e o modelo de comunicação macro-intencional.

Toda mobilização, por ser uma convocação de vontades, requer um modelo de comunicação em sua estrutura.

¹ Segundo J. B. Toro, 1993

A comunicação pode ser concebida e estruturada de diferentes formas, de acordo com o tipo de projeto e de propósitos buscados. É o projeto de comunicação que delimita o modelo, a forma, os fins e os meios de comunicação.

A comunicação pode ocorrer em três níveis:

Comunicação Massiva: dirigida às pessoas como indivíduos autônomos. Por sua natureza, é construída de acordo com códigos, padrões perceptíveis e decodificáveis, por amplos setores da população. A publicidade é, talvez, seu melhor exemplo.

Comunicação Macro: dirigida às pessoas em função de seu **papel, trabalho ou ocupação** na sociedade. É construída de acordo com códigos próprios de uma profissão ou ocupação. São exemplos os sistemas de comunicação de redes ou comunidades profissionais e os de educação continuada.

Comunicação Micro: dirigida a grupos ou pessoas, por sua **especificidade ou diferença**. Não se constrói sobre códigos-padrão, mas em função de características próprias e diferenciadas do receptor. São exemplos disso: a comunicação que ocorre em um grupo de amigos, em uma equipe dirigente, em uma Associação de Moradores ou em uma sala de aula.

Os diferentes meios de comunicação (rádio, TV, impressos, vídeos) podem ser utilizados em qualquer um dos níveis anteriores. No entanto, cada um destes níveis tem possibilidades distintas com relação à cobertura e à efetividade (J.B. Toro, 1992, p. 97). Estas variáveis estão inversamente relacionadas: quando existe maior cobertura (comunicação massiva), a possibilidade de criar modificações estáveis é mais difícil (a efetividade é menor). Ao contrário, a conversa pessoal (nível micro) tem melhores possibilidades de efetividade. A comunicação macro combina a efetividade e a cobertura de uma forma específica. Isto não significa que um tipo de comunicação seja melhor que outro. Um projeto de comunicação participada geralmente utiliza os três tipos de comunicação, ainda que **a concepção macro seja fundamental**. Por isso, requer um melhor aprofundamento.

A comunicação a serviço da Mobilização: alguns conceitos instrumentais.

O modelo de comunicação macro-intencional pode ser assim definido: é uma **convocação** (1) feita por um **produtor social** (2), utilizando-se de **editores** (3), através de **redes de comunicação direta** (4) e dos **meios de comunicação de massa** (5), orientando-se para gerar modificações nos campos de atuação dos agentes sociais ou **re-editores**(6)

(I) Convocação: Toda mobilização é uma convocação de vontades; portanto, a comunicação que lhe é própria deve ser de natureza convocatória. Este é um aspecto fundamental. A convocatória deve surgir da natureza e da forma do imaginário e dos propósitos que a comunicação apresenta. Por dirigir-se a agentes sociais legítimos (comunicadores/re-editores), é uma comunicação pública, que convém a todos. É uma comunicação que carece de instrumentos de coação (como pode ser a comunicação

organizacional) e se fundamenta no compromisso autônomo do **re-editor**. Por isso, é democrática.

(2) **Produtor social:** pessoa ou instituição, que tem a capacidade de criar condições econômicas, institucionais, técnicas e profissionais para que um processo comunicativo ocorra. Um Ministério, uma Secretaria de Educação ou uma entidade privada podem ser produtores sociais.

(3) **Editor:** pessoa ou instituição, que converte as mensagens em formas, objetos, símbolos e signos adequados ao campo de atuação dos agentes sociais ou Re-editores. Estes irão transformá-los em formas de sentir, decidir e atuar, de acordo com o imaginário proposto.

Não é suficiente que o Produtor Social tenha a intenção de convocar os agentes sociais/comunicadores (Re-editores) a produzir modificações em seu campo de atuação. A Comunicação Macro-Intencional requer que as mensagens sejam **editadas**, ou seja, que se convertam em formas, objetos, símbolos e signos adequados ao campo de atuação dos Re-editores, que irão usá-los, decodificá-los e recodificá-los, segundo sua própria percepção.

O Editor (pessoa ou instituição) é fundamental neste tipo de comunicação. O êxito da mobilização participada depende da forma como se introduz a mensagem, do modo através do qual se tem acesso ao campo de atuação do Re-editor, que possui uma cultura a ser considerada.

(4) **As Redes de Comunicação Direta.** A Comunicação Macro-Intencional requer que o Produtor Social possa ter acesso à comunicação direta com os Re-editores que deseja convocar à mobilização. Isto garante, também, que os Re-editores possam comunicar-se com o Produtor.

A Comunicação Macro-intencional, portanto, deve situar, no tempo e no espaço, os Re-editores que pretende mobilizar. Desta forma, o Produtor Social poderá fazer chegar, dos espaços de trabalho dos Re-editores, mensagens e instrumentos de atuação adequados, a fim de que possam agir, em função do imaginário e dos objetivos propostos.

(5) Os **Meios de Comunicação de Massa.** A Comunicação Macro-intencional para a mobilização participada requer "posicionar" o **imaginário** e coletivizar a atuação dos Re-editores. A força de convocação do imaginário depende de sua natureza, da difusão e da legitimação pública que possua, tanto para o Re-editor como para a opinião pública. O Re-editor necessita saber que os "outros" têm conhecimento de que ele está fazendo modificações, em seu campo de atuação, em favor do imaginário e dos objetivos propostos. Ademais, é preciso existir um certo grau de certeza de que outros Re-editores de sua mesma categoria também estão modificando seu campo de atuação (sentido de coletivização).

O apoio dos Meios de Comunicação de Massa é fundamental para tornar factível estes aspectos.

(6) **Re-editor:** pessoa que, por seu papel social, ocupação ou trabalho, tem a capacidade de introduzir, modificar ou negar mensagens a seu público (ou seja, às pessoas com as quais interage e que acreditam nele). Tipos de Re-editores numa mobilização por educação:

- . adultos que atuam como agentes educativos imediatos: docentes, diretores, supervisores; . adultos que atuam através do Estado: legisladores, decisores, administradores, secretários, prefeitos;
- . adultos da sociedade civil: pais e mães de família, profissionais, empresários, intelectuais, jornalistas, formadores de opinião pública em geral, líderes comunitários e religiosos;
- . jovens da sociedade civil que lideram grupos formais ou informais como grêmios, clubes, associações, "gangs", ou mesmo seu próprio grupo de irmãos.

Todo Re-editor, em função de sua ocupação, profissão ou trabalho, tem um "campo" ou "espaço" de atuação que lhe é próprio. A este campo concorrem fatores, conceitos e decisões. Alguns deles são modificáveis pelo próprio Re-editor. Outros, não. Tomemos o campo de atuação do professor ou professora em sala de aula. Dentre os fatores, conceitos, atuações e decisões modificáveis pelo(a) professor(a), destacamos: o conteúdo da aula, o manejo do tempo, seu comportamento verbal, a metodologia, a motivação e auto-estima dos alunos etc. Há, entretanto, fatores que incidem sobre o campo de atuação do(a) professor(a) que não são modificáveis por ele ou ela: o desenho arquitetônico da sala de aula, o calendário escolar, a disponibilidade de textos, o estado nutricional das crianças. Estes fatores podem ser modificados por outros agentes: faz parte do campo de atuação do Secretário de Educação, por exemplo, modificar o desenho arquitetônico das salas e fornecer os livros aos alunos.

A efetividade da Comunicação Macro-intencional para a mobilização participativa depende do conhecimento que se tenha do campo de atuação do Re-editor. A existência de pesquisa e literatura válida, sobre um determinado campo de atuação, permite classificar os fatores que podem ser afetados, seja pelo comportamento do Re-editor, seja pela atuação própria de outros atores.

Não é demais insistir: a factibilidade de uma Mobilização Macro-intencional está relacionada à possibilidade de se apresentar ao Re-editor propostas de modificação de variáveis e fatores **que** estejam sob seu domínio, incentivando-a a estabelecer relações entre essas transformações do cotidiano e o imaginário proposto como convocação.

As mobilizações por educação contribuem para formar politicamente os participantes.

Ao atuarem enquanto fontes de mudança da ordem vigente, ao se mobilizarem para conquistar e construir o imaginário desejado, as pessoas se educam politicamente. Percebem que é possível construir o público a partir da sociedade civil.

Desta forma, o que é **público, o que convém e interessa a todos**, será construído e fortalecido pela sociedade civil, sintetizando e fortalecendo os interesses contraditórios ou não de todos os setores da sociedade.

Um conhecido aforismo diz: "A educação por si mesma não produz mudanças, mas nenhuma mudança é possível sem educação." Aí está a limitação e a relevância da educação. Cada sociedade tem a educação que ela é capaz de definir; e esta definição provém da conceituação que a sociedade tenha de si mesma, do significado e da autovalorização que ela se atribua no contexto internacional. A qualidade, tipo e pertinência da educação só pode ser definida em termos de Nação.

Em síntese, devemos estimular, apoiar e participar do processo de mobilização, através do qual contribuiremos para que a educação possa construir, simultaneamente, uma cidadania moderna e um desenvolvimento próprio às nossas características. Neste processo, vamos nos convertendo em Nação.

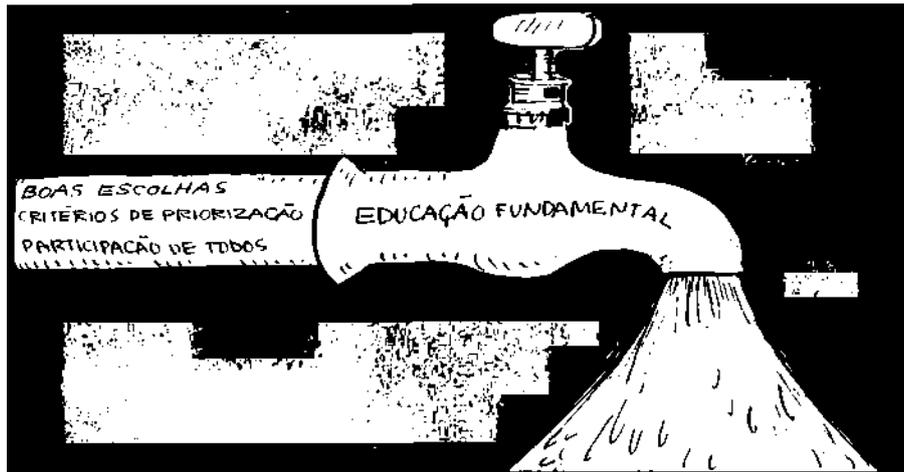
BIBLIOGRAFIA

MATURANA, Humberto (1994). La democracia es una obra de arte. Bogotá. Editorial dei Magistério.

TORO, José Bernardo (1992). La calidad de la Educación Primaria, medios de comunicación masiva y comunidad civil: el projeto "Primero mi primaria para triunfar". Boletín 28, Santiago de Chile, UNESCO-OREALC.

TORO, José Bernardo (1993). 7 aprendizajes básicas para la educación en la convivencia social. Bogotá, Fundación - Programa de Comunicación Social.

TORO, José Bernardo (1994). La Construcción de Nación y la Formación de Educadores en Servicio. (Documento preparado para la Mission para la Ciência - La Educación y el Desarrollo - Presidência de la República de Colômbia)



Nos 10 primeiros anos da promulgação da Constituição, o Poder Público desenvolverá esforços, com a mobilização de todos os setores organizados da sociedade e com a aplicação de pelo menos 50% dos recursos a que se refere o art. 212 da Constituição, para eliminar o analfabetismo e universalizar o ensino fundamental.

(Constituição Federal, artigo 60 das Disposições Transitórias)



COMENTÁRIOS SOBRE OS PAINÉIS

As 21 experiências brasileiras de mobilização social, apresentadas neste Simpósio, mostraram que, realmente, há algo de novo brotando no campo da educação. Velhos atores, como o MEC, as Secretarias de Educação, as Universidades, unem-se a novos atores, como empresas, sindicatos, conselhos, ONGs, na luta pela educação para todos.

Em seus comentários sobre estas experiências, Cláudio de Moura e Castro nelas observa a emergência de alguns padrões comuns:

- velhos e novos atores estão digerindo a informação: surgem novas formas de pensar a prática, arrumá-la e devolvê-la para o consumo de outros agentes. Há uma manipulação da "digestão" do processo e a "venda" de um produto final mais acabado.
- Organizações que estão fazendo um trabalho independente tendem a articular-se entre si.
- Os experimentos realizados servem como base de publicações.
- A mídia está sendo utilizada, fazendo com que empreendimentos individuais ultrapassem suas fronteiras.

Agudiza-se, enfim, a consciência da sociedade em relação ao papel da educação, caminha-se para uma interrelação cada vez maior entre **micro** e **macro**, ao mesmo tempo em que se delineiam mudanças qualitativas na natureza da participação.

Em relação às mesmas experiências, José Bernardo Toro afirma que todos os pactos de mobilização, em processo hoje no Brasil, têm em comum a luta pela institucionalização da sociedade.

Enfatiza, ainda, que é muito importante distinguir as relações dentro do Governo e do Estado. Todo pacto corre o risco de ser cooptado por um partido/movimento político. Isto deve ser evitado. A mobilização orientada por uma Constituição tem que ser pautada na ética pública. Todo pacto deve deixar claro que os participantes estão construindo a ordem social. A conquista da adesão dos empresários em prol da educação é fundamental para o Projeto do Brasil.

Para Bernardo Toro, as experiências de mobilização apresentadas mostram que, quando uma sociedade aprende a construir uma nova ordem, surgem novas formas de vida, novas formas de expressar-se. Todos os pactos e ações permitem à sociedade criar uma nova imagem de si mesma.

"Trata-se de entregar ao cidadão o controle e a responsabilidade de sua escola. Trata-se de lhe mostrar que, através das questões relativas a métodos e a debates técnicos concernentes aos conteúdos e às modalidades de avaliação, a educação é, inicialmente, um problema político que lhe diz respeito necessariamente, como indivíduo e como membro de uma coletividade."

"Trata-se de fazer com que o indivíduo tome consciência de que, em educação, ele não pode permanecer apenas espectador ou consumidor."

Bertrand Schwartz (A Educação, Amanhã)

**PLANO DECENAL
DE EDUCAÇÃO
PARA TODOS**

